

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de São Paulo Class.: 24Data: 27/11/75 Pg.: _____Ampliado impasse no
MaranhãoDo correspondente
da Sucursal

Ao transferir, ontem, para a Funai a responsabilidade pela "recolocação de posseiros" desabrigados do povoado de Marajá, arrasado na semana passada pelos índios guajajaras, o governador do Maranhão, Osvaldo Nunes Freire, ampliou o impasse para solucionar a crise entre os guajajaras e os invasores brancos. Sem solução, o problema pode atingir outras áreas indígenas em situação semelhante à do posto de Angico Torto.

Na Ala Norte da reserva, por exemplo, onde fica localizado o posto indígena Canabrava, 11 aldeias aguardam com impaciência uma solução para a retirada de aproximadamente 10 mil invasores que habitam os povoados de São Pedro e Centro Velho, localizados dentro da reserva. O povoado de Alto Alegre, embora nos limites da reserva, não será mais transferido, porque a Funai considera o povoado, com quase cinco mil habitantes, propriedade dos padres capuchinhos, que há muito tempo colonizam essa área.

Contudo, apenas essa garantia não basta para tranquilizar a população de Alto Alegre, temerosa que os índios reeditem o célebre massacre ao convento dos padres capuchinhos, realizado no início do século, quando mataram 185 pessoas. De julho para cá, os índios já queimaram diversos roçados e expulsaram mais de uma dezena de posseiros que habitam as proximidades de Alto Alegre.

Os estudos de demarcação dessa área se acham atualmente em poder do Departamento Geral do Patrimônio Indígena — o DGPI —, a quem caberá a decisão final sobre o problema. No entanto, com o impasse surgido entre o governo do Maranhão e a Funai fica difícil prever como será feita a remoção dos posseiros invasores: a Funai não revela intenções de realizar esse trabalho e o governo maranhense, apoiado em uma decisão do Tribunal de Justiça do Estado, diz que nada pode fazer.

Por isso, existe um temor, mesmo entre alguns técnicos da Funai, que cerca de 600 índios guajajaras assumam, como último recurso, a atitude extrema tomada pelos guajajaras de Angico Torto. E a advertência já foi feita: reunidos no início de setembro passado, 11 caciques guajajaras do posto de Canabrava advertiram que somente esperariam por uma solução até novembro, quando então "reuniremos dois mil índios e varreremos a área de qualquer maneira", como ameaçou o chefe do posto, Elomar Gerhardt, em um ofício enviado aos representantes dos invasores dos três povoados.

Por outro lado, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Maranhão informou ontem que a situação na área do posto indígena de Angico Torto, onde se localizava o povoado de Marajá, está sob controle. Mesmo assim, a Polícia Federal enviará ao local dois agentes, para manter a calma e, se for o caso, evitar que haja uma represália por parte dos brancos contra os índios. Assegurou, no entanto, que se trata apenas de uma medida preventiva e que não existe, entre os desabrigados de Marajá ou mesmo entre os posseiros de outras áreas também consideradas dentro da reserva guajajara, qualquer movimento de retaliação.

Na verdade, a região invadida pelos civilizados na reserva guajajara concentra diversos interesses. Um deles é o de plantadores de maconha, que utilizam as terras dos índios para isso. As plantações são feitas dentro da reserva, para que o plantador, quando descoberto pelas autoridades de segurança, jogue a culpa sobre os índios e permaneça impune. Há poucos meses, a Polícia Federal apreendeu várias toneladas de maconha em Arame, localizado em parte dentro das terras da reserva.

Até o dia 15 de dezembro, aproximadamente, a Polícia Federal concluirá também o inquérito que está sendo feito sobre o incidente da semana passada entre índios e brancos. Os agentes deslocados para a área já retornaram a São Luís e prepararam um extenso relatório, narrando todo o acontecimento. Depois disso é que será aberto o inquérito.